

NOVOS OLHARES SOBRE OS POVOS ORIGINÁRIOS EM SERGIPE: ANÁLISES INTERDISCIPLINARES

Resenha do livro:

MONTEIRO, Diogo Francisco Cruz; RODRIGUES, Kléber (Orgs.). **Temas de História e Cultura Indígena em Sergipe**. Aracaju: Infographics, 2016.

Vladimir José Dantas

Graduado em História pela UFAL

Mestre em Geografia pela UFS

Professor Substituto da UFAL, Campus do Sertão

As linhas escritas aqui compõem uma breve resenha do livro *Temas de História e Cultura indígena em Sergipe*, organizado pelos professores Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues e publicado em 2016, pela *Infographics*, Aracaju, Sergipe. A publicação está organizada em três partes, a primeira composta por dois textos, “Ser índio no Brasil contemporâneo: novos rumos para um velho dilema”, da autoria de Clarice Novaes Mota, e “História de grupos indígenas e fontes escritas: o caso de Sergipe”, da autoria de Beatriz Góis Dantas. A segunda parte da obra também é composta por dois capítulos, “Relação nominal dos índios de Sergipe Del Rey, 1825”, escrito por Luiz Roberto Mott, e “Alienação das terras indígenas em Sergipe no século XIX”, da lavra de Pedro Abelardo de Santana. A terceira parte contém mais dois artigos, “Os desafios pós-demarcatórios da territorialidade Xokó na terra indígena Caiçara / Ilha de São Pedro”, de Avelar Santos Araújo e Guiomar Inez Germani; “As representações sobre os índios no Ensino de História contemporâneo: como a comunidade escolar sergipana observa os indígenas nos livros didáticos”, escrito pelos organizadores, Diogo Francisco Cruz Monteiro e Kléber Rodrigues.

Os estudos enfocando o universo indígena, durante muito tempo, encaravam as comunidades como vítimas passivas, que assistiam os desenlaces de destinos, sem sua participação. Sem contar que não havia nenhuma consideração das diferenças étnicas e culturais. Com os novos ventos historiográficos provocados pelos programas de Pós-Graduações, uma das assertivas proposta pelos estudos da “Nova História Indígena” é

compreender o índio como um agente histórico com ações conscientes, resistindo de diversas formas. Aqui o índio não é o personagem romântico passivamente amante da natureza, ao contrário, ele é o protagonista. Esta é a premissa que encontramos na organização desses trabalhos.

Um dos aspectos que chama logo a atenção é à disposição dos textos. Inicialmente, a discussão gira em torno das assertivas sociológicas sobre a formação da identidade e autenticidade. Essas preocupações também estão no texto de Beatriz Góis Dantas. Aliás, um aspecto importante nessa obra, é a republicação das pesquisas da professora Beatriz Dantas e do antropólogo Luiz Mott. Há muito que esses trabalhos estavam fora de circulação ou restritos aos acervos de instituições de pesquisa. Publicados ainda na década de 1980, ao vermos hoje, entendemos por que são considerados clássicos da historiografia sergipana.

Boa parte dos capítulos que formam essa coletânea são resultados de dissertações e teses de diversos Programas de Pós-Graduação, ou seja, são frutos de diferentes pesquisas que tiveram como foco o estudo da temática indígena, principalmente dos grupos que contribuíram na formação de Sergipe, desde o processo da ocupação territorial até os momentos atuais, como os remanescentes Xokó. De leitura agradável e consistente, o livro chega em boa hora e coloca questões pertinentes para serem debatidas, como afirma Clarice Novaes, que discute o que é “ser índio no Brasil contemporâneo” (2016, p. 17), lembrando que há um amplo processo de busca e reconhecimento das identidades, mas ainda sobrevive o senso comum de que os grupos atuais não são índios “autênticos”. A autora coloca uma indagação para pensar “sobre o que tem havido tanto de adequado como de nefasto para a vida das comunidades indígenas em todo o Brasil” (2016, p. 19).

Essa discussão também perpassa o texto de Beatriz de Góis Dantas. Aliás, o trabalho da antropóloga, felizmente republicado aqui foi uma ideia muito feliz. Ao longo do capítulo podemos acompanhar o caminho percorrido, o passo a passo da pesquisa realizada pela autora. Toda a metodologia está explicada no texto, o qual serviu como manual a ser seguido, tornando-se então uma importante referência, um dos textos clássicos sobre os indígenas em Sergipe.

É um texto que representa bem a efervescência intelectual dos anos 1970 e 80, porém com uma riqueza a mais. Esse período ficou marcado pelo salto que foi a formação de

uma leva de antropólogos no país, tanto que, numa crítica mordaz e datada, era comum salientar que quem conhecia os índios eram os antropólogos que viviam em Copacabana. Ou seja, intelectuais que estudavam, discutiam, mas não conheciam os índios. Ao contrário de todo esse panorama, a pesquisa sistemática de Beatriz Dantas, levou-a a manter uma intensa relação com a comunidade indígena de Porto da Folha, os índios Xokó.

O capítulo seguinte também é uma republicação. Esses dois encontravam-se há muito tempo fora de circulação, restritos aos círculos especializados. Da autoria de Luiz Mott, o texto relaciona historicamente os grupos indígenas em Sergipe durante o século XIX. O autor indica os cinco núcleos territoriais nos quais a documentação faz referência: Água Azeda, Geru, Japaratuba, Pacatuba e Porto da Folha. Com a utilização de diversos quadros, Mott analisa a população indígena masculina, observando a faixa etária e as ocupações em 1825. O antropólogo é um conhecido da historiografia sergipana e suas contribuições são sempre interessantes.

Um das problemáticas mais comuns ao se discutir a questão indígena está relacionada às terras. Em seu artigo, fruto da pesquisa para o doutorado na UFBA, Pedro Abelardo de Santana discutiu a alienação das terras indígenas no século XIX. Por alienação entende-se o processo em que as terras comunais dos indígenas passaram para as mãos de proprietários particulares ou para o patrimônio das câmaras municipais. O autor mostra que essa perda era corriqueira, mas a Lei de Terras de 1850 trouxe impactos para as aldeias em Sergipe, justificando as expropriações ocorridas nas décadas seguintes.

O texto de Santana (p. 69-102) ganha relevância por apontar as mudanças ocorridas com as propriedades dos aldeamentos do sul da província: Geru e Chapada, colocando mais elementos para serem discutidos pela historiografia sergipana. Resultado de intensa pesquisa ligada ao doutoramento, destaco que esse trabalho dialoga com a Nova Historiografia Indígena, na qual se sobressai os escritos de Maria Regina Celestino, Marina Monteiro Machado e Maria Hilda Baqueiro Paraíso. Após investigar diversos documentos manuscritos, o autor conclui que a legislação não foi favorável aos índios. Essa percepção é comum aos estudiosos do tema.

A demarcação territorial dos índios Xokó, foi o ponto central da parte escrita por SANTOS JÚNIOR E GERMANI (p. 107-127). A discussão inicial fala dos processos demarcatórios à luz da legislação atual e como os índios Xokó sofreram esse impacto.

De forma didática, os autores descrevem um pouco da história e do cotidiano da comunidade indígena, observando a organização educacional e a saúde, esclarecendo como esses serviços são utilizados pelas pessoas na Ilha de São Pedro. Um dos aspectos importantes na narrativa é a trajetória histórica dos Xocó, na qual os autores apresentam poucas informações sobre o processo de formação da comunidade.

O texto final da coletânea foi escrito pelos organizadores Monteiro e Rodrigues, que discutem a presença indígena nos livros didáticos, sob a ótica dos alunos. Uma das constatações é que na visão dos alunos os índios são vistos como pertencentes ao passado distante, que poucos têm conhecimento dos acontecimentos históricos, ou ainda possuem a imagem do índio dos primeiros séculos. Aliás, embora exista uma propagação muito forte de que o mundo virtual mudou diversas realidades, no imaginário do senso comum, essa imagem cristalizada desse índio romântico ainda sobrevive com muita intensidade e atinge um grupo de pessoas muito maior, além dos discentes. Para os autores, a aplicação dos avanços da legislação educacional é fundamental para reverter um quadro de desconhecimento dos alunos do ensino fundamental.

Ao levar a temática para ser discutida em sala de aula, os autores deram um frescor ao trabalho servindo de diagnóstico do comportamento em um momento da escola pública. A ideia é promissora, é nesse espaço onde ocorre a formação cidadã e, neste sentido, repensar o senso comum sobre os índios não poderia ter espaço melhor. Manter um intercâmbio com lideranças indígenas e a escola é uma situação a ser pensada. Práticas assim favorecem e aproximam a escola da comunidade indígena.

O livro *Temas de História e Cultura Indígena em Sergipe* é um importante instrumento didático que pode ser muito útil para o conhecimento da história indígena em Sergipe.

Além de problemas de encadernação que dificulta a leitura de algumas páginas, faz falta, em alguns momentos, mapas indicativos e fotografias, que auxiliariam na localização dos grupos citados. Sua leitura é agradável tanto para os especialistas como os interessados pela temática.

Recebido em 14/12/2017

Aprovado em 04/01/2018